

DO LUGAR SOCIAL AO LUGAR DISCURSIVO: O IMBRICAMENTO DE DIFERENTES POSIÇÕES-SUJEITO

Evandra GRIGOLETTO
(g.evandra@terra.com.br)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

O presente trabalho tem como objetivo discutir, a partir da concepção de sujeito do discurso em Pêcheux, quais os desdobramentos que essa concepção assumiu no interior da própria teoria pecheutiana - como é o caso das noções de forma e posição-sujeito - bem como em alguns trabalhos de Análise do Discurso aqui do Brasil. Procuro discutir, sobretudo, a diferença entre lugar social, lugar discursivo e posição-sujeito, mostrando como o sujeito do discurso pode produzir movimentos de (des)identificação no entremeio dessas noções. Para exemplificar esse funcionamento, analiso o modo como o sujeito-jornalista se subjetiva no discurso de Divulgação Científica, movimentando-se entre a inscrição num determinado lugar discursivo e o imbricamento de diferentes posições-sujeito.

O jornalista, que é o sujeito responsável/organizador desse discurso, justamente por ocupar o lugar social de jornalista científico, sofre algumas determinações da ordem da exterioridade. Assim, na passagem do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito-jornalista inscreve-se num determinado lugar discursivo, o qual está determinado pelas relações de verdade e poder institucional que ele representa socialmente - a mídia e a ciência. No entanto, apesar de tantas determinações, o jornalista científico atua comentando o discurso científico, (re)atualizado-a em outra ordem - a ordem do senso comum - através de um gesto de interpretação. Estamos diante, portanto, de um discurso constitutivamente heterogêneo, já que abriga, na sua materialidade, diferentes sujeitos e, conseqüentemente, diferentes vozes, diferentes ordens de saberes.

Apresento, no próximo item, uma reflexão teórica acerca da noção de sujeito, enfocando os seus desdobramentos, para, em seguida, analisar o funcionamento dessas noções no discurso de Divulgação Científica.

A noção de sujeito em Pêcheux e os seus desdobramentos

O sujeito da AD não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, que carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido. A teoria do discurso trabalha a ilusão do sujeito como origem, através dos processos discursivos, mostrando que linguagem e sentido não são transparentes.

Pêcheux (1975), em "Semântica e Discurso", afirma que o lugar do sujeito não é vazio, sendo preenchido por aquilo que ele designa de *forma-sujeito*, ou sujeito do saber de uma determinada Formação Discursiva (FD). É, então, pela forma-sujeito que o sujeito

do discurso se inscreve em uma determinada FD, com a qual ele se identifica e que o constitui enquanto sujeito. E, conforme o que nos aponta Pêcheux (op. cit), “a forma-sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro “já-dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por “co-referência” ” (PÊCHEUX, 1995, p. 167). Assim, a forma-sujeito realiza a *incorporação-dissimulação* dos elementos do interdiscurso, o que aponta para o efeito de unidade/evidência do sujeito. E é efeito porque essa unidade é apenas imaginária. Ao tomarmos, por exemplo, o sujeito do discurso de Divulgação Científica é, via forma-sujeito, que ele “vai” ao interdiscurso - lá onde circulam tanto os saberes da ciência quanto os do senso comum - recorta, incorpora o que lhe interessa desses diferentes saberes, identificando-se com a FD do discurso midiático de Divulgação Científica, e traz os enunciados pertencentes a esses saberes à ordem intradiscursiva, linearizando-os no fio do discurso e materializando, assim, um discurso que pretende divulgar ao leitor - embora faça todos esses movimentos inconscientemente, isto é, sem se dar conta disso.

E Pêcheux (1975) confirma esse caráter ilusório da forma-sujeito, ao retomar essa noção na conclusão de “Semântica e Discurso”. Diz o autor: “A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira” (PÊCHEUX, 1995, p. 266), o que nos aponta para algo que é bem conhecido na AD: o sentido só se produz pela relação do sujeito com a forma-sujeito do saber e, conseqüentemente, pela identificação do sujeito com uma determinada FD.

Pêcheux (op. cit) chama de *posição-sujeito* a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito). Courtine (1982) retoma as reflexões de Pêcheux acerca da forma-sujeito e, por sua vez, da posição-sujeito e propõe, a partir da noção de FD heterogênea, que pensemos a “descrição de um conjunto de diferentes posições de sujeito em uma FD como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do saber, considerando os efeitos discursivos específicos que aí se relacionam¹” (COURTINE, 1982, p. 252). E, para pensar o funcionamento da posição-sujeito, Courtine (op. cit) trabalha com a noção de *enunciado dividido*. Assim, diz ele, a especificidade da *posição-sujeito* se dá no *funcionamento polêmico do discurso* em que o sujeito universal (ou sujeito do saber) é interpelado e se constitui em sujeito ideológico e, ao se identificar com o sujeito enunciador, assume uma posição. Então, diferentes indivíduos, relacionando-se com o sujeito de saber de uma mesma FD, constituem-se em sujeitos ideológicos e podem ocupar uma mesma ou diferentes *posições*. Assim, aquela mesma forma-sujeito do discurso de Divulgação Científica, ao materializar os saberes vindos do interdiscurso, pode ocupar diferentes posições de sujeito no discurso, ora se identificando com o saber da ciência, ora com o que ele julga ser o saber do leitor, ora...

¹ A tradução é minha.

Segundo os pressupostos teóricos da AD, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Este é o princípio básico da noção de sujeito em AD. Assim, o sujeito é, desde sempre, afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. A AD parte do pressuposto de que o sujeito não é fonte do sentido, mas se forma por um trabalho de rede de memória, acionado pelas diferentes formações discursivas, que vão representar, no interior do discurso, diferentes posições-sujeito, resultado das contradições, dispersões, descontinuidades, lacunas, pré-construídos, presentes nesse discurso. E o discurso de Divulgação Científica é um bom exemplo de discurso heterogêneo, que contempla diferentes posições-sujeitos em seu interior.

O sujeito da ciência, por sua vez, também não pode ser tomado como um sujeito empírico, interno e individual, que tem uma função totalizante. É preciso, segundo Henry (1992), que esse sujeito contemple, em sua constituição, *a dimensão da história*. Caso contrário, reduziremos também a dimensão do conhecimento ao empírico, ao objetivo, encarnando, assim, “uma concepção ainda abstrata, idealista, de objetividade da verdade científica” (HENRY, 1992, p. 126). A posição de um sujeito da ciência não é uma posição universal, mas a posição de um sujeito histórico, assujeitado ideologicamente, por ocupar um lugar na formação social que o constitui. No caso da Divulgação Científica, esse sujeito da ciência pode ocupar tanto o lugar social de cientista, como de jornalista, divulgador da ciência, ou ainda, de cientista, no papel de divulgador.

Henry afirma que

“a categoria de 'sujeito da ciência' ou de 'sujeito do conhecimento' é uma categoria genérica constitutiva das ideologias teóricas nas quais e pelas quais, na prática científica, é produzida a evidência da verdade e da objetividade científicas como tais, através da determinação do tipo de provas admitidas, das formas de exposição e de argumentação consideradas como rigorosas etc...” (HENRY, 1992, p. 137).

Realmente, a categoria de sujeito da ciência é uma categoria que se pretende universal e, por sua vez, pretende produzir evidências de sentido. Mas, ao considerarmos que tanto o sujeito quanto o discurso da ciência estão inscritos em determinadas condições históricas e ideológicas, a evidência do sentido verdadeiro e a pretensão de universalidade do sujeito tornam-se apenas efeitos, já que o sentido não é transparente, nem o sujeito é uno. Nas palavras de Henry (op. cit), “toda noção de 'sujeito da ciência' deve ser considerada como sendo um efeito ideológico particular (suscetível de tomar diversas formas históricas), resultando de um desdobramento da forma-sujeito²” (HENRY, 1992, p. 143-44). Assim como o sujeito, o sentido também *se constitui enquanto efeito ideológico* na relação entre palavras, textos, discursos. Logo, sujeito e sentido se constituem mutuamente no discurso científico e, conseqüentemente, no de Divulgação Científica.

² Esse desdobramento da forma-sujeito da ciência, proposto por Henry, se aproxima do modo como estou propondo pensar o lugar discursivo. Ou seja, a forma-sujeito da ciência, ao desdobrar-se, pode resultar na inscrição em diferentes lugares discursivos no discurso de Divulgação Científica: o de jornalista científico, o de editor e o de cientista divulgador.

Como vimos, toda a discussão acerca da noção de sujeito, na teoria do discurso, vai considerar o sócio-histórico e o ideológico como elementos constitutivos dessa noção. Portanto, o lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante do/no seu dizer. No entanto, ao se identificar com determinados saberes, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e passa a ocupar, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim o de sujeito do discurso. Então, para discutir a diferença entre lugar social (sujeito empírico) e lugar discursivo (sujeito do discurso), parto da exterioridade, resgatando a noção de formação social, na qual o sujeito empírico está inscrito.

Partindo do conceito de formações imaginárias, cunhado por Pêcheux (1969), podemos dizer que as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos/institucionais, construídos no interior de uma formação social. Assim, a imagem do jornalista, por exemplo, já está determinada pelo lugar empírico a ele atribuído por uma determinada formação social.

Orlandi, em seu artigo “Do sujeito na história e no simbólico” afirma que “o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso” (ORLANDI, 1999, p. 17). Percebemos que a autora está se referindo aqui ao lugar social/empírico do sujeito que, ao se subjetivar, ocupa uma determinada posição no discurso. Ainda nesse mesmo texto, a autora vai tratar do modo como a “materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares” (ORLANDI, 1999, p. 21). Outra vez, ela faz referência à passagem do lugar empírico para a posição discursiva, ou seja, ao passar para a ordem do discursivo, o sujeito já é tomado enquanto posição. Assim, surge a pergunta: entre a passagem da materialidade do lugar social do sujeito para a posição discursiva, não podemos pensar na constituição de um **lugar discursivo**? Sob um mesmo lugar discursivo não podem operar diferentes posições-sujeito?

Em outra obra, Orlandi (2002) vai mostrar, ao analisar a fala de José Bonifácio sobre os índios, que, utilizando-se dos mesmos argumentos dos missionários de que os índios são preguiçosos, dorminhocos etc, José Bonifácio fala de outro lugar (o do Estado) e isso muda *o lugar discursivo* no qual se constituem os sentidos do que ele diz a respeito dos índios. Aqui sim me parece que a autora está se referindo a um conceito de lugar que é diferente do lugar social. Trata-se de um lugar discursivo que se materializa no discurso e é determinado pelo lugar social. No entanto, ela não explicita nem aprofunda o que entende por lugar discursivo, o qual é tomado, no meu entendimento, como sinônimo de posição discursiva.

Foucault, em *Arqueologia do Saber*, ao tratar da formação das modalidades enunciativas, lança uma série de questões, procurando relacionar o discurso médico a determinadas imposições institucionais e normativas que regulam sua emergência e aparição. Ou seja, são projeções de imagens que legitimam, autorizam o médico a ocupar determinado lugar na sociedade. Segundo Foucault, “é preciso descrever os lugares

institucionais de onde o médico obtém seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação” (FOUCAULT, 1997, p. 58). A seguir, ele afirma que “as posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (1997, p. 59). Tais afirmações de Foucault nos remetem à definição de lugar social como ponto de ancoragem para a constituição da prática discursiva. Isso não aponta, no entanto, para a relação do discurso médico (ou qualquer outro) a uma unidade de sujeito homogênea, contínua, representada por um único lugar social. Ao contrário, o sujeito, assim como o discurso, é disperso. E a manifestação dessa dispersão se dá nos “diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que o sujeito pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala” (FOUCAULT, 1997, p. 61). Tais lugares, posições etc são construídas no interior de uma determinada formação social e determinam, assim como são determinadas pelas práticas discursivas. Daí resulta a definição de Foucault de discurso: “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação ao mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma **rede de lugares distintos**”³ (FOUCAULT, 1997, p. 62). Ora, se configuramos o discurso como um espaço que abriga distintos lugares, bem como a dispersão do sujeito, podemos pensar sim na noção de lugar discursivo. Foucault relaciona aqui essa *rede de lugares distintos* à prática discursiva. Portanto, não se trata mais apenas do lugar social, mas de um espaço que se configura no interior do discurso e é da ordem da sua constituição. E o discurso de Divulgação Científica é um exemplo de uma prática discursiva na qual se desenvolve uma rede de lugares discursivos. Há, no mínimo, três distintos lugares discursivos que são da ordem do *já-lá* e, como tal, fazem parte da constituição desse discurso. Quais sejam: o lugar do cientista, o lugar do jornalista e o lugar do leitor.

Se pensarmos a formação social relacionada às diferentes formações ideológicas, as quais, por sua vez, estão materializadas nas diferentes relações de poder que perpassam instituições como a mídia e a ciência, temos a disciplinarização dos saberes, sustentada pelos efeitos de verdade, funcionando no conflito de F.I.s e relações de poder. Assim, o sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que ele é interpelado/assujeitado ideologicamente pela formação social, ele se inscreve/ocupa um dos lugares sociais que lhe foi determinado. É o espaço do empírico. Na passagem para o espaço teórico, no nosso caso, para o espaço discursivo, o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica.

O sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso. Então, é pela prática discursiva que se estabiliza um determinado lugar social/empírico. No caso do jornalista científico, é o modo como ele discursiviza os diferentes saberes institucionais (tanto os

³ O grifo é meu.

vindos da ciência, quanto os que circulam na ordem do senso comum) que sustenta e legitima socialmente o seu lugar (empírico) de jornalista, comprometido tanto com a verdade da ciência quanto com a verdade da mídia e com os saberes do leitor.

Ao tratarmos do funcionamento do discurso de Divulgação Científica, devemos considerar que as imagens, tanto do jornalista quanto do cientista e do leitor, já estão dadas, isto é, já foram construídas a partir do lugar social que cada um dos sujeitos envolvidos na constituição desse discurso ocupa. Trata-se, conforme nos mostra Pêcheux (1975) do “ ‘sempre já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e ‘seu sentido’ sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 1995, p. 164), o que corresponde ao pré-construído do discurso. E isso nos remete ao exemplo do soldado francês⁴, citado por Pêcheux (op. cit), que mostra como a *norma identificadora* determina os lugares sociais de cada sujeito, sob o efeito do ideológico. Então, as formações ideológicas estão relacionadas às formações sociais, já que é no interior da formação social que o ideológico se institui, determinando, pelo viés da formação discursiva, os lugares empíricos que cada sujeito pode ocupar, bem como estabelecendo as imagens que representam tais lugares. Ou seja, o sujeito, ao ser interpelado pela ideologia e afetado pelas relações de poder, sobretudo as institucionais, já está inscrito num determinado lugar social/empírico.

Trouxe à reflexão a questão da formação social para mostrar como os lugares aí são construídos, de forma empírica, através de sentidos que já estão cristalizados e instituídos como verdades. Agora, interessa-me mostrar como o lugar social vai determinar a constituição do lugar discursivo, isto é, qual é a relação que se estabelece entre lugar social e lugar discursivo.

Pêcheux (1967), ainda sob o pseudônimo de Thomas Herbert, no artigo “Observações para uma teoria geral das ideologias”, a partir do enunciado laciano *o significante representa o sujeito para um outro significante*, afirma que

“a cadeia sintática dos significantes determina para o sujeito o seu lugar, identificando-o a um certo ponto na cadeia (o significante, no qual ele se representa), e que esse mecanismo de identificação diferencial não é outro senão o “efeito de sociedade”, cujas dissimetrias encontram aqui sua causa” (PÊCHEUX, 1995, p. 75).

A partir dessa afirmação de Pêcheux, podemos pensar que o lugar discursivo é determinado não só pelo lugar social, mas também pela estrutura da língua, materializada no intradiscurso. Assim, tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é construído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. Isso significa dizer que ambos, lugar social e lugar discursivo, se constituem mutuamente, de forma complementar, e estão relacionados à ordem de constituição do discurso. Um não é anterior ao outro, já que um necessita do outro para se instituir. O lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num

⁴ “Um soldado francês não recua”, significa, portanto, “*se você é um verdadeiro soldado francês, o que, de fato, você é, então você não pode/deve recuar*” (1995: 159).

lugar discursivo. E o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso.

Os lugares discursivos são construídos pelo sujeito na sua relação com a língua e a história. Mas essa discursivização só acontece por que há uma determinação da formação social que institui determinados lugares, os quais podem e devem ser ocupados por sujeitos autorizados para tal. Por isso, este duplo efeito de determinação. O lugar social é efeito da prática discursiva, mas, ao mesmo tempo, o lugar discursivo também é efeito da prática social.

Com isso, sustento que é possível pensar na noção de lugar discursivo como uma **categoria de análise**, que é materializada na passagem do espaço empírico, onde se encontram os lugares sociais, para o espaço discursivo. Ou seja, o lugar discursivo estaria no entremeio do lugar social, da forma e da posição-sujeito. Portanto, ele não é sinônimo de posição, já que pode abrigar, no seu interior, diferentes e até contraditórias posições de sujeito. O sujeito do discurso, ao se inscrever em um determinado lugar discursivo, vai se relacionar tanto com a forma-sujeito histórica e os saberes que ela abriga quanto com a posição-sujeito. Assim, a relação do sujeito enunciador com o sujeito de saber e, conseqüentemente, com a posição-sujeito é deslocada para as relações de identificação/determinação do lugar discursivo tanto com a forma-sujeito histórica (ordem da constituição/do interdiscurso), quanto com a posição-sujeito (ordem da formulação/do intradiscurso).

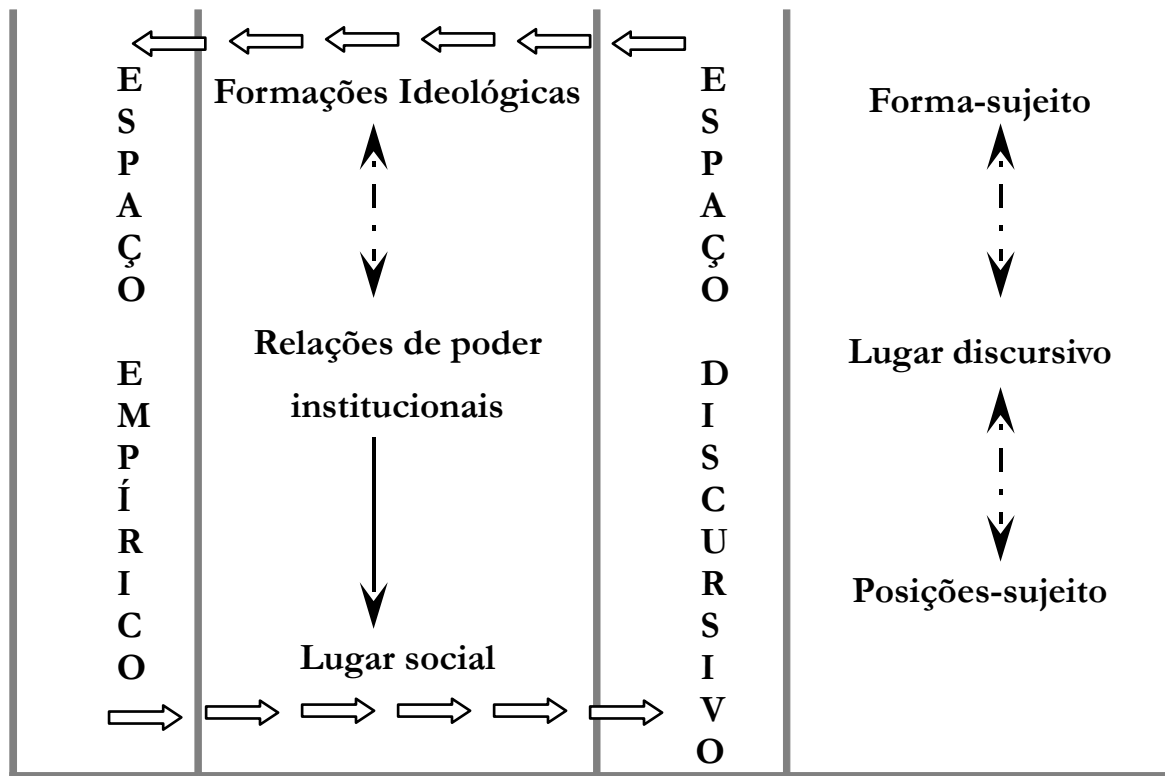
Ainda é importante esclarecer que, ao passar do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito é afetado pelo inconsciente, tendo a ilusão, muitas vezes, de que é possível produzir um apagamento do seu lugar social. Mas tal apagamento é somente um efeito, um simulacro, já que a sua inscrição num determinado lugar discursivo implica sempre uma determinação do lugar social. Ou seja, sempre haverá uma determinação ideológica.

INDURSKY (2000, p. 77), ao caracterizar a forma-sujeito como *dispersa e fragmentada*, afirma que “cada posição-sujeito representa diferentes modos de se relacionar com a forma-sujeito”. Seguindo essa reflexão da autora e considerando o modo como estou propondo que pensemos a função do lugar discursivo, eu diria que cada lugar discursivo representa diferentes modos de se relacionar não só com a forma-sujeito, mas também com as diferentes posições-sujeito que ele pode abrigar. Abre-se espaço, portanto, para mais uma categoria de análise entre a forma e a posição-sujeito - a do lugar discursivo.

Apresento, a seguir, um quadro resumo que melhor distingue lugar social de lugar discursivo.

FORMAÇÃO SOCIAL

FORMAÇÃO DISCURSIVA



Conforme sintetizei neste quadro, a formação social compreende o espaço empírico que, por sua vez, abriga as diferentes formações ideológicas, as quais interagem com as relações de poder institucionais (neste caso, a mídia e a ciência), determinando o lugar social que o sujeito ocupa na sociedade. É a práxis social. Já, a formação discursiva compreende o espaço discursivo, que, por sua vez, abriga o lugar discursivo que se relaciona tanto com a forma-sujeito quanto com as diferentes posições-sujeito que operam no discurso a partir dele. É a prática discursiva. No entanto, espaço empírico e espaço discursivo não devem ser tomados de forma fragmentada. Ao contrário, eles estão em constante imbricamento, já que o lugar social é efeito da prática discursiva ao mesmo tempo em que o lugar discursivo é efeito/está determinado pela prática social.

A seguir, procedo às análises para observar o funcionamento da categoria de lugar discursivo, bem como da posição-sujeito no discurso de Divulgação Científica.

As análises

Selecionei duas seqüências discursivas da revista Superinteressante, que julguei representativas, para observar o funcionamento do sujeito-jornalista no discurso de Divulgação Científica. A primeira seqüência representa a posição-sujeito que chamei de **incorporação do discurso científico**, a qual funciona de forma imbricada com a posição que chamei de **aderência ao discurso do cotidiano**, a partir da inscrição do jornalista no lugar discursivo de jornalista científico. Eis a seqüência selecionada:

SD1: **A biologia explica que**, quanto mais jovem uma mulher, maiores são as chances de ocorrer uma fecundação bem-sucedida. Com o passar dos anos, a produção de espermatozoides diminui e o homem procura mulheres que oferecem maior possibilidade de uma boa fecundação - *e essas mulheres*

são as mais jovens. Outro fator nessa equação: *a beleza imatura, a pele suave, as maçãs do rosto ainda rosadas e o nariz pequeno* evocam a infância e despertam o instinto de proteção do adulto. **Proteção e dominação constituem os pilares básicos da pedofilia.** À medida que amadurecem, homens procuram pessoas mais jovens por causa de inseguranças Psicológicas (*inclusive em relação ao tamanho e ao desempenho do pênis*) (In: INOCÊNCIA ROUBADA - Capa - Superinteressante/maio/2002).

Nesta seqüência, o jornalista inicia relatando as possíveis causas da pedofilia, incluindo-se no campo dos saberes da biologia, bem como recortando alguns elementos da ordem do senso comum (*a beleza imatura, a pele suave, as maçãs do rosto ainda rosadas e o nariz pequeno*). Produz, assim, a partir desse relato, um comentário (*e essas mulheres são as mais jovens*), incorporando o discurso da ciência, mais especificamente do campo da biologia. No enunciado seguinte *‘proteção e dominação constituem os pilares básicos da pedofilia’*, o sujeito enuncia como se estivesse na posição do cientista, apagando qualquer marca do discurso da ciência. Portanto, conclui/afirma acerca da pedofilia, como se tal enunciado fosse uma verdade, o que é próprio do efeito que o discurso da ciência pretende produzir no leitor. Para finalizar a seqüência, recorta, outra vez, elementos da ordem do cotidiano, comentando-os a partir dos saberes da ciência. Assim, oscilam, nessa seqüência, a partir do lugar discursivo de jornalista científico, as posições-sujeito de incorporação do discurso científico e de aderência ao discurso do cotidiano.

Na posição de incorporação, ocorre o que Pêcheux (1975) chamou de *fenômeno de simulação-presentificação*, o qual é explicitado na modalidade do movimento do “*como se*” do sujeito. Nessa modalidade, segundo Pêcheux, “a “incorporação” dos elementos do interdiscurso pode se dar até o ponto de confundi-los, de modo a não haver mais demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 168). Ou seja, ao incorporar o discurso da ciência, o jornalista enuncia *como se* fosse o cientista, apagando as marcas desse discurso. O discurso-outro, nesse caso o da ciência, é diluído, incorporado ao discurso-um - o discurso de Divulgação Científica, e as fronteiras entre a ciência e a mídia deixam de ser demarcadas pelo sujeito do discurso. Eis o fenômeno da simulação. Já, na posição de aderência, embora o jornalista produza, algumas vezes, comentários, gestos de interpretação a partir do discurso da ciência, ou do discurso do cotidiano, esse dizer não é totalmente apagado como o é na posição de incorporação. Restam sempre alguns vestígios do discurso-outro, o qual, de alguma maneira, está marcado no fio do discurso. É importante, ainda, observar que a posição de aderência ao discurso do cotidiano sempre ocorre imbricada com outra posição, que pode ser tanto a de incorporação do discurso científico quanto a de aderência ao discurso científico.

Vejam, então, agora, um exemplo da posição-sujeito de **aderência ao discurso científico**, oscilando com a de **aderência ao discurso do cotidiano**.

SD2: A noção do inconsciente está para Freud como a **Teoria da Relatividade** para Einstein ou a **evolução** para Darwin. Ainda hoje, pessoas em todo o mundo se submetem ao mesmo ritual que ele desenvolveu para tratar dos males da mente: vão a um especialista, sentam-se num móvel e começam a falar. Apesar de tão popular, a psicanálise (nome que Freud deu a esse método, em 1896), **nunca**

foi alvo de tantas críticas como nos últimos anos. Neurologistas e estudiosos da mente dizem que boa parte dela está mais próxima da ficção do que da ciência e que as obras de Freud hoje não passam de boa literatura (ele escrevia muito bem) (In: PSICANÁLISE NO DIVÃ - Capa - Superinteressante/outubro/2002).

Nesse exemplo, o jornalista, inscrito no lugar discursivo de jornalista científico, faz referência a elementos de saberes de diferentes campos da ciência (teoria da relatividade e teoria da evolução) para relatar ao leitor algumas “conclusões” sobre a psicanálise. Aderindo a saberes da ordem do cotidiano, a partir do lugar discursivo de jornalista científico, ele produz movimentos de (re)formulação dos saberes científicos, como podemos perceber no seguinte enunciado: *Ainda hoje, pessoas em todo o mundo se submetem ao mesmo ritual que ele (Freud) desenvolveu para tratar dos males da mente: vão a um especialista, sentam-se num móvel e começam a falar.* Continua a seqüência comentando o estado atual da Psicanálise (*nunca foi alvo de tantas críticas como nos últimos anos*). Para justificar esse comentário, apresenta, em forma de relato, as afirmações de *estudiosos da mente e neurologistas*: a psicanálise está *mais próxima da ficção do que da ciência e as obras de Freud hoje não passam de boa literatura*. Tal fato é justificado pelo jornalista com o comentário, destacado entre parênteses, que Freud *escrevia muito bem*. Ora, todo esse movimento do jornalista, oscilando entre a posição-sujeito de aderência ao discurso científico e de aderência ao discurso do cotidiano, reforça a imagem que circula na ordem da ciência de que a Psicanálise não possui status científico. E, ao se movimentar entre essas duas posições-sujeito, o sujeito do DDC julga-se autorizado, ainda que ilusoriamente, a produzir comentários e até ratificar as afirmações, produzidas na ordem da ciência, sob o efeito de verdade.

Na posição de aderência ao discurso científico, o sujeito recorta o discurso-outro e o inscreve no fio do discurso, pelo viés do lugar discursivo, de maneira própria. E, ao produzir esse movimento, o jornalista produz um gesto de interpretação, podendo também recortar elementos da ordem do senso comum. Nesse caso, já está ocupando a posição de aderência ao discurso do cotidiano. A diferença entre essas duas posições está, sobretudo, no modo como o jornalista se aproxima mais do leitor ou do cientista. Ou seja, enquanto, na posição de aderência ao discurso científico, o jornalista produz um efeito de transferência do dizer do cientista, na posição de aderência ao discurso do cotidiano, o jornalista produz um efeito de aproximação do leitor.

Observamos, nos exemplos analisados, duas posições-sujeito se entrecruzando numa mesma seqüência discursiva, sendo o lugar discursivo de jornalista constantemente afetado pelo efeito-leitor. A posição-sujeito de aderência ao discurso do cotidiano se entrecruza tanto com a de aderência quanto com a de incorporação do discurso científico, pelo viés da categoria do lugar discursivo de jornalista científico. Por isso, os limites entre as diferentes posições-sujeito são tênues e a oscilação é constante. Ao ocupar a posição de incorporação, o sujeito do DDC fala da posição do outro - nesse caso, do cientista -, mobilizando a modalidade do *como se*, isto é, apaga o dizer desse outro e produz o discurso como se tivesse domínio sobre esse dizer, como se esse dizer fosse

seu. E é desse movimento que resulta o efeito de apropriação. Já, ao ocupar a posição de aderência, seja do discurso científico, seja do discurso do cotidiano, o jornalista não fala da posição do outro, mas a partir do discurso-outro. Ele recorta, cola dizeres da ordem da ciência ou da ordem do senso comum e os inscreve, de forma própria, no discurso de Divulgação Científica. E, no caso da posição de aderência ao discurso científico, o jornalista sempre marca o discurso-outro, produzindo um efeito de transferência. Mas, ao inscrever esses dizeres no intradiscurso, o faz de forma própria. Por isso, é que produz um gesto de interpretação, podendo, assim, também produzir comentários, (re)significar dizeres.

A principal diferença, então, entre essas diferentes posições-sujeito está no modo como o sujeito desse discurso se relaciona, via lugar discursivo, com a forma-sujeito histórica, na qual circulam os saberes tanto da ordem da ciência quanto da ordem do senso comum. É esse movimento que vai determinar a posição-sujeito que o jornalista vai ocupar no DDC. Desse modo, a categoria do lugar discursivo opera o trabalho na e sobre a forma-sujeito (os deslocamentos, as identificações, as contra-identificações).

Referências Bibliográficas

1. COURTINE, Jean-Jacques. *Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours*. Philosophiques, vol. IX, número 2, octobre 1982.
2. FOUCAULT, Michel (1969). *A arqueologia do saber*. Trad. brasileira de Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
3. HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Trad. brasileira de Maria Fausto P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
4. INDURSKY, Freda. "A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso". In: INDURSKY, Freda & CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000, p. 70 - 81.
5. ORLANDI, Eni Puccinelli. *Do sujeito na história e no simbólico*. **Escritos** n° 4. Campinas, SP: publicação do Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri/LABERURB, maio, 1999, p. 17 - 27.
6. _____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
7. PÊCHEUX, Michel (1967). Sob o pseudônimo de Thomas Herbert. *Observações para uma teoria geral das ideologias*. Trad. brasileira de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. **RUA**, n° 1, Campinas, 1995, p. 63 - 89.
8. _____. (1969). "Análise automática do discurso (AAD-69)". In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 61 - 161.
9. _____. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.